



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

1
f. d.

269/2018

**CONTRATO DE FORNECIMENTO CONTÍNUO DE MADEIRAS,
DURANTE O PERÍODO DE 2 ANOS, PELO VALOR GLOBAL
ESTIMADO DE 81.067,10€, SEM IVA INCLUÍDO**

Aos onze dias do mês de Julho do ano 2018, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Júlia Gonçalves Sousa Gonçalves, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de Outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **SILMADEIRAS – COMÉRCIO DE MADEIRAS, LDA**, com sede em Venda Nova, em Silves, com o capital social de 300.000,00€, com o número único de matrícula e pessoa coletiva número 503318167, representada por **JOSÉ ANTÓNIO GOMES LOURENÇO**, portador do cartão de cidadão número 05303146-6ZY1, válido até 30 de junho de 2019, emitido pela República Portuguesa, contribuinte número 101631375, na qualidade de sócio-gerente, com poderes para o ato conforme consta da certidão permanente, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **25 de Junho de 2018**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República número 109, II Série de 07 de Junho de 2018, é adjudicado à empresa **SILMADEIRAS – COMÉRCIO DE MADEIRAS, LDA**, o contrato de “FORNECIMENTO CONTÍNUO DE MADEIRAS DURANTE O PERÍODO DE 2 ANOS”, pelo valor global estimado de 81.067,10€ (oitenta e um mil, sessenta e sete euros e dez cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/02.01.21.01**;-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **4993** e LCPA n.º **8658**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Handwritten signature and initials in blue ink.

SEGUNDA: O objeto do contrato consiste no fornecimento contínuo de madeiras, conforme se descreve na parte II do caderno de encargos e na proposta do adjudicatário que se dá por inteiramente reproduzida;-----

TERCEIRA: O contrato vigora até ao limite máximo de faturação correspondente ao valor do contrato ou pelo período de dois anos a contar da data da celebração do contrato, consoante o que ocorra em primeiro lugar.-----

O fornecimento é contínuo (faseado) durante o período de vigência do contrato, sendo que as entregas dos bens contratados, serão efetuadas em parcelas, de acordo com as solicitações do Município de Loulé, bem como o fornecedor fica obrigado a fornecer todas as quantidades solicitadas durante o período de vigência do mesmo.-----

Caso o contrato se extinga no término do prazo previsto, sem que se tenha adquirido bens no valor global do contrato, não poderá em caso algum, por esse facto, o fornecedor reclamar qualquer tipo de indemnização à Câmara Municipal de Loulé;-----

QUARTA: As características técnicas (tipo, formato e dimensões) das madeiras a fornecer são as que constam na parte II – cláusulas técnicas do caderno de encargos;-----

QUINTA: As entregas dos bens serão efetuadas nas oficinas da carpintaria, sitas no Parque de Serviços Urbanos na Franqueada, em Loulé, no prazo de 24 horas após solicitação, sendo as despesas inerentes ao transporte da inteira responsabilidade do fornecedor, sem que tal represente qualquer custo adicional para a entidade pública contratante. O fornecedor deverá dispor dos meios necessários à completa descarga dos bens a entregar, para o local de armazenamento.-----

Não deverá ocorrer limites mínimos de encomendas;-----

SEXTA: O fornecedor obriga-se a entregar à Entidade Adjudicante os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no caderno de encargos, bem como devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.-----

É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.-----

O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

3
f. d.

SÉTIMA: A Câmara Municipal de Loulé não fica obrigada a abastecer-se em regime de exclusividade absoluta ao adjudicatário, embora o recurso a outros fornecedores só deva ocorrer em situações pontuais e residuais relativamente às suas necessidades devido a circunstâncias imprevistas, ou quando não seja viável recorrer a este, em condições ou tempo útil;-----

OITAVA: O Município de Loulé não fica obrigado a completar, no período de vigência do contrato a aquisição das quantidades indicadas no mapa de quantidades constante da parte II do caderno de encargos, uma vez que as mesmas são meras estimativas;-----

NONA: O fornecedor garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da Edilidade;-----

DÉCIMA: As quantias devidas serão pagas no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.-----

Os pagamentos serão efetuados de acordo com as quantidades requisitadas e fornecidas pelo adjudicatário, às quais será aplicado o respetivo preço unitário da proposta e após o Município de Loulé reconhecer não existir lugar a reclamações, sendo que os preços unitários apresentados são fixos durante o período de vigência do contrato.-----

Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida;-----

DÉCIMA PRIMEIRA: Se o fornecedor não cumprir os prazos de entrega estabelecidos, ou os que venham a ser acordados, acrescidos das prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o valor total da encomenda em atraso, de montante a fixar nos seguintes termos:-----

- 2% (dois por cento) no primeiro dia de atraso; -----
- + 4% (quatro por cento) no segundo dia de atraso;-----
- + 6% (seis por cento) no terceiro dia de atraso;-----
- + 8% (oito por cento) por cada dia de atraso, a partir do quarto dia de atraso em diante, até ao limite de 36% (trinta e seis por cento).-----

Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a edilidade pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 20% do preço contratual. Na determinação da gravidade



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

4
f d

do incumprimento, a Edilidade tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que a Edilidade exija uma indemnização pelo dano excedente. Para efeitos da aplicação das penalidades previstas, considera-se que o prazo de entrega dos bens se encontra cumprido na data do fornecimento da totalidade dos bens encomendados, desde que se encontrem aceites;-----

DÉCIMA SEGUNDA: Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas. Não constituem força maior o ponto 3 do artigo 12.º do caderno de encargos. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.----

DÉCIMA TERCEIRA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias ou quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.-----

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

DÉCIMA QUARTA: A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

DÉCIMA QUINTA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

DÉCIMA SEXTA: De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é Célia Brás, Técnica Superior da Divisão de Ambiente, Transportes e Oficinas;-----

DÉCIMA SÉTIMA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 25 de Junho de 2018, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário.-----
- Informações técnicas;-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

[Assinatura]

O SEGUNDO OUTORGANTE,

Jon António Gomes Loureiro

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,

Carla Fátima Gonçalves Sousa Gonçalves